



BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE

SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ

ASSOCIAÇÃO CIVIL CORPO DE

ÉSTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DA DENOMINAÇÃO, SEDE E FINS.

Art. 1º - A Associação Civil Corpo de Bombeiros Voluntários de São Sebastião do Cai, constituída em 03 de fevereiro de 1995, sob a forma de associação, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, duração por tempo indeterminado, com sede no município de São Sebastião do Cai (CEP 95.760-000), foro na Avenida Osvaldo Aranha, 1020 – Bairro Vila Rica. Estado do Rio Grande do Sul, República Federativa do Brasil.

Parágrafo único – A entidade poderá em suas relações externas, bem como no trato interno, inclusive neste estatuto ou outro regulamento, se fazer identificar simplesmente como os "BOMBEIROS DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ".

Art. 2º - Os Bombeiros de São Sebastião do Cai tem por finalidade:

- I – promoção do voluntariado em atividades voltadas a preservação e salvamento de vidas e patrimônio, em situação de incêndios, acidentes ou calamidades;
- II – zelar pelo prestígio e engrandecimento das atividades a que se propõe, procurando desenvolver o ideal dos serviços prestados à comunidade e à Pátria, por intermédio da valorização da ação;
- III – estimular as relações de cooperação e entendimento entre seus dirigentes, associados, autoridades públicas, segmentos representativos das comunidades e demais organizações de bombeiros profissionais, civis, militares no Brasil e exterior;
- IV – organizar, promover, patrocinar e participar de congressos, seminários, palestras ou eventos similares com a finalidade de aprimoramento técnico ou troca de experiências sobre as atividades de bombeiros, defesa civil e segurança comunitária;
- V – manter, por iniciativa própria ou mediante convênios, cursos permanentes para formação de interessados em participar de atividades afins a seus objetivos, bem como de aperfeiçoamento e especialização para integrantes da associação, no Brasil e no exterior;
- VI – desenvolver estudos permanentes para elaboração e constante atualização de doutrinas, processos, protocolos e métodos para emprego pelos associados dentro das atividades da associação em situações de rotina ou quando em apoio aos órgãos públicos em ações de defesa civil, notadamente em casos de desastres;
- VII – colaborar com autoridades e comunidades em ações e campanhas que visem à preservação e/ou manutenção do meio ambiente, da saúde, da educação, da assistência social, da subsistência, do trabalho e dos direitos humanos;
- VIII – manter publicações periódicas para difusão do ideário voluntário e atualização técnica das atividades afins;
- IX – colaborar com comissões parlamentares, em todas as esferas do poder, prestando assessoramento em assuntos de sua competência e interesse;
- X – incentivar a adoção de mecanismos legais, fiscais e tributários que possibilitem o apoio governamental e facilite a colaboração da iniciativa privada às atividades de bombeiros voluntários, bem como a gravação de estímulos locais para valorização do pessoal integrado a associação;
- XI – coordenar, supervisionar e programar, quando necessário, a aquisição, cedência, doação ou repasse em favor da associação, de veículos, equipamentos, utensílios, aprestos, uniformes e outros, cedidos, doados ou repassados por órgãos governamentais e/ou entidades estrangeiras ou privadas, mediante convênios ou acordos;

Parágrafo 1º - A entidade não distribui entre seus associados, conselheiros, empregados ou doadores, eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, ouferidos mediante o exercício de suas atividades e os aplicar integralmente na consecução dos seus objetivos sociais (Lei Federal nº. 9.790/999, Art. 1º - parágrafo único).



OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
CIVIL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

Débora Schwingel da Silva - Escrevente Autorizada

Parágrafo 2º - Considera-se "desastre" para efeitos deste estatuto, consoante GLOSSÁRIO DE DEFESA CIVIL, MEDICINA DE DESASTRES E ESTUDOS DE RISCO da Secretaria Nacional de Defesa Civil - Ministério da Integração Nacional, edição de 1998: "o resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema causando danos humanos, materiais e/ou ambientais e consequentes prejuízos econômicos e sociais".

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades, os Bombeiros de São Sebastião do Cai, observarão os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e da eficiência e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião (Lei federal nº. 9.790/99 Art. 4º, inciso 1).

Art. 4º - Os Bombeiros de São Sebastião do Cai se dedicarão às suas atividades por meio de doação de recursos humanos, físicos e financeiros ou prestação de serviços intermediários de apoio a outras organizações sem fins lucrativos e a órgãos do setor público que atuam em áreas afins (Lei Federal nº. 9.790/99, Art. 3º, parágrafo único).

Art. 5º - Os Bombeiros de São Sebastião do Cai disporão de um regimento interno, elaborado e mantido atualizado pela diretoria, que após aprovado pela Assembleia Geral, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 6º - A fim de cumprir suas finalidades, os Bombeiros de São Sebastião do Cai se organizarão em tantas unidades internas quantas se fizerem necessárias, as quais se regerão pelas disposições estatutárias e normas previstas no Regimento Interno.

CAPÍTULO II - DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - O Corpo de Bombeiros de São Sebastião do Cai é constituído por número ilimitado de associados, distribuídos nas seguintes categorias: Voluntários, Efetivos, Honorários, Beneméritos;

I - Sócios Bombeiros Voluntários: será formado por cidadãos da comunidade, para prestação gratuita de seus serviços à Corporação, sem qualquer vínculo empregatício;

Parágrafo único - A admissão de Bombeiros Voluntários obedecerá aos seguintes critérios:

- toda a pessoa de ambos os sexos, que tiver atingido a idade de 18 (dezoito) anos, sem distinção de opinião política ou credo religioso e que gozar de conceito irrepreensível (apresentação da ficha de antecedentes criminais);

- a admissão ou rejeição de novos associados ocorrerá por meio de deliberação do conselho administrativo e comando operacional;

- a rejeição só poderá ser deliberada por manifesta inconveniência para os interesses e prestígio da associação, devendo ser devidamente fundamentada por escrito e comunicada ao interessado, também por escrito, até 30 (trinta) dias após o recebimento da inscrição;

- da rejeição poderá haver recurso, a interpor pelo associado proponente a assembleia geral, no prazo de 15 (dias), após o recebimento da comunicação referida acima;

- o pedido de admissão envolve plena adesão aos estatutos e regulamentos internos;

II - Sócios Bombeiros Efetivos: será formado por funcionários efetivos de CLT, pertencentes ao quadro de Prefeitura Municipal, devendo receber gratificações constantes na legislação em vigor, colocados à disposição da Sociedade, ou contratados pela Sociedade.

III - Sócios Bombeiros Honorários: será formado por Bombeiros Efetivos ou Voluntários que tenham mais de 20 (vinte) anos de serviços à corporação. Esse título será outorgado em Assembleia Geral.

VI - Sócios Bombeiros Beneméritos: será formado por pessoas que tenham prestado relevantes serviços em defesa dos Bombeiros de São Sebastião do Cai. Esse título será outorgado pela Assembleia Geral.

Art. 8º - Demissão de Associados:

I - por iniciativa do associado, o associado poderá a qualquer momento solicitar desligamento da associação, devendo fazer essa solicitação por escrito ao comando operacional e/ou conselho administrativo;

II - a razão da saída é por motivo leve, permite retorno como associado;

Art. 9º - Exclusão de Associados:

I - por iniciativa da associação, o associado comete falta grave, que justifique seu desligamento da associação, após instalação e julgamento do conselho disciplinar.

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

AUTENTICAÇÃO

presente copia por ser reprodução
fidelidade existente neste livro

20 JUL. 2012

Débora Schwingel da Silva - Escrevente Autorizada

II - permite o retorno como associado somente após revisão do caso pelo conselho administrativo e comando operacional;

Art. 10º - São direitos dos Sócios Bombeiros Voluntários, Efetivos e Aspirantes quites com suas obrigações sociais:

I - votar e ser votado para os cargos eletivos, desde que atinja um percentual de 60% de participação das atividades dos Bombeiros de São Sebastião do Cai, e esteja de serviço da corporação a 1 (um) ano para votar e 2 (dois) anos para ser votado gozando ainda de conduta irrepreensível, conforme Regimento Interno;

II - Tomar parte nas Assembleias Gerais;

III - Participar das atividades da instituição.

IV - Recorrer para assembleia geral de todas as irregularidades e infrações dos estatutos e regimentos internos;

V - Examinar livros, contas e demais documentos, desde que requeira, por escrito ao conselho administrativo, com antecedência mínima de 8 (oito) dias, e esta verifique existir um interesse pessoal direto e legítimo;

VI - Requerer, por escrito, certidão de qualquer ata, mediante o pagamento dos valores referentes;

VII - Solicitar, por escrito, a qualquer momento seu desligamento como associado, apresentando ou não motivo;

VIII - Ter livre acesso as dependências da associação, exceto aquelas de uso restrito;

Parágrafo único: as atividades dos Bombeiros de São Sebastião do Cai, o qual cita o primeiro item, incluem plantões (o qual deverá ser feito na sede da instituição), atividades o qual se façam necessárias a presença dos associados, tais como: reuniões operacionais e administrativas, cursos e treinamentos, festividades e eventos organizados pela associação.

Art. 11º - São deveres dos sócios:

I - cumprir as disposições estatutárias e regimentais;

II - acatar ordens administrativas e operacionais, desde que estas não venham a afetar a integridade física e moral;

III - participar e colaborar com as atividades da instituição.

IV - honrar a associação em todas as circunstâncias e contribuir, quando possível, para o seu prestígio;

V - exercer com dedicação, zelo e eficiência, cargos associativos para que forem eleitos;

VI - defender, por todos os meios ao seu alcance, o patrimônio e o bom nome da associação;

Art. 12 - Os sócios não respondem, nem mesmo subsidiariamente, pelos encargos da instituição.

CAPÍTULO III - DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 13 - Os Bombeiros de São Sebastião do Cai serão administrados por:

I - Assembleia Geral;

II - Conselho Administrativo;

III - Comando Operacional;

IV - Conselho Fiscal (conforme Lei Federal 9.700/99, Art. 4º, inciso III).

Art. 14 - A Assembleia Geral, órgão soberano da instituição, se constituirá dos sócios em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 15 - A eleição dos membros do conselho administrativo e comando operacional, será realizada, em assembleia geral expressamente convocada para esse fim, no mês de dezembro do ano em que termine o mandato atual;

Art. 16 - A lista com a formação do conselho administrativo e comando operacional, concorrente, deverá ser fixado em mural interno da associação, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias em relação ao ato eleitoral;

Art. 17 - A posse do novo conselho administrativo e comando operacional, será dada no prazo de 15 (quinze dias), após o ato eleitoral, se o presidente ou seu substituto não conferirem a posse dentro desse prazo, os membros eleitos entrarão em exercício, independentemente da posse, salvo havendo impugnação judicial do ato eleitoral.

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente cópia por ser reprodução fiel do original existente neste órgão.

Dou-lhe
S. S. do LACS

20 JUL. 2012

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

Debora Schwingel da Silva - Escrevente Autorizada

Parágrafo único: é obrigação legal dos conselhos administrativos, fiscais e comando operacional cessantes fazerem entrega de todos os valores, documentos, inventários e arquivos da associação aos conselhos administrativos, fiscais e comando operacionais eleitos para o novo mandato, no ato da posse destes.

Art. 18 - Compete à Assembléia Geral dos associados:

- I - eleger os membros da Diretoria e os componentes do Conselho Fiscal;
- II - decidir sobre reformas do estatuto;
- III - decidir sobre a extinção da Instituição;
- IV - decidir sobre a conveniência de alienar, transsigrir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- V - destituir os administradores;
- VI - aprovar o regimento interno;
- VII - aprovar as contas
- VIII - decidir sobre a forma de votação, voto secreto, aberto ou aclamação.

Art. 19 - A Assembléia Geral se realizará, ordinariamente, uma vez por ano, convocada na forma do Art. 15, para:

- I - aprovar a proposta de programação anual da instituição;
- II - apreciar o relatório anual da diretoria;
- III - homologar as contas e o balanço aprovado pelo Conselho Fiscal.

Art. 20 - A Assembléia Geral se realizará, extraordinariamente quando convocada:

- I - pelo Conselho Administrativo;
- II - pelo Conselho Fiscal;
- III - por requerimento de, no mínimo 3/5 (três quintos) dos associados quites com seus deveres

sociais.

Art. 21 - A convocação da Assembléia Geral será feita por meio de edital afixado na seda da associação e/ou publicado na imprensa local, por circulares ou outros meios convenientes, com antecedência mínima de 8 (oito) dias corridos.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral se instalará em primeira convocação com a presença da maioria dos associados, e em segunda convocação (15 (quinze) minutos após a primeira chamada), com qualquer número de presentes, decidindo sempre pela vontade da maioria simples, ressalvando o disposto no parágrafo segundo.

Parágrafo 2º - Para deliberar sobre a destituição dos administradores ou alteração do estatuto, será exigido o voto concorde de 2/3 (dois terços) dos presentes à Assembléia Geral, especialmente convocada, que não poderá deliberar em primeira convocação sem a maioria absoluta dos associados ou com menos de 1/3 (um terço) nas convocações seguintes.

Art. 22 - A instituição adotará práticas de gestão administrativas necessárias e suficientes, a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais em decorrência de participações nos processos decisórios (Lei federal nº. 9.790/99, Art. 4º, parágrafo II).

Art. 23 - O Conselho Administrativo será constituído por um Presidente, um Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, Primeiro e Segundo Tesoureiros.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Administrativo será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição consecutiva.

Parágrafo 2º - Não poderá ser eleito para os cargos de diretoria da entidade os sócios que exerçam cargos, empregos ou funções públicas junto aos órgãos do Poder Público (recomendação com base na Lei federal nº. 9.790/99, Art. 4º, parágrafo único).

Art. 24 - Compete ao Conselho administrativo:

- I - elaborar e submeter à Assembléia Geral a proposta anual da instituição;
- II - executar a programação anual de atividades da instituição;
- III - elaborar e apresentar à Assembléia Geral o relatório anual;
- IV - reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- V - contratar e demitir funcionários
- VI - manter o Regimento Interno atualizado e adequado aos propósitos da instituição;

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

AUTENTICAÇÃO
Certifico a presente cópia por ser reprodução
do original existente neste ofício.
20 JUL. 2012
[assinatura]
Debora Schwinger da Silva - Escrevente Autorizada

VII – resolver casos omissos do regimento Interno e deste Estatuto, observando o Art. 42.

Art. 25 - A diretoria se reunirá, no mínimo, uma vez por mês, mediante convocação de seu Presidente.
Parágrafo 1º - A diretoria não poderá deliberar sem a presença mínima de 2/3 (dois terços) de seus membros.

Parágrafo 2º - Terão validade as decisões da diretoria desde que tomada pela maioria dos presentes.

Parágrafo 3 – A instituição poderá remunerar seus dirigentes que efetivamente atuam na gestão executiva e aqueles que lhe prestam serviços específicos, respeitados, em ambos os casos, os valores praticados pelo mercado na região onde exerce suas atividades.

Art. 26 - Compete ao Presidente:

- I – representar os Bombeiros de São Sebastião do Caí, judicialmente e extra judicialmente;
- II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- III – presidir a Assembléia Geral;
- IV – convocar e presidir as reuniões da diretoria.

Art. 27 - Compete ao Vice-Presidente:

- I – substituir o Presidente em suas faltas ou impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Art. 28 - Compete ao Primeiro Secretário:

- I – secretariar as reuniões do Conselho Administrativo e da Assembléia Geral e redigir as atas;
- II – publicar todas as notícias das atividades da entidade.

Art. 29 - Compete ao segundo Secretário:

- I – substituir o Primeiro Secretário em suas faltas ou impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Secretário.

Art. 30 - Compete ao Primeiro Tesoureiro:

- I – arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da instituição;
- II – pagar as contas autorizadas pelo Presidente;
- III – apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que forem solicitados;
- IV – apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da instituição, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- V – conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- VI – manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Art. 31 - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- I – substituir o Primeiro Tesoureiro em suas faltas e impedimentos;
- II – assumir o mandato, em caso de vacância, até o seu término;
- III – prestar, de modo geral, a sua colaboração ao Primeiro Tesoureiro.

Art. 32 - Comando Operacional compõe-se dos seguintes membros:

- I – Comandante;
- II – Sub-Comandante;
- III – Assessor Executivo.

Art. 33 - Ao Comando Operacional compete:

- I – exercer o comando do corpo ativo (Voluntários, Efetivos, Aspirantes e Cadetes) e zelar pela sua ordem e disciplina;
- II – organizar os serviços do corpo ativo de acordo as necessidades;
- III – escriturar, devidamente, todo o material da sociedade, registrando sua entrada e saída;
- IV – Criar e manter chefes de setores, se assim, houver necessidade.

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente copia para reprodução
fiel do original existente neste livro
Dou fe.
20 JUL. 2012
S. S. do Caí-RS

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

Débora Schwingel da Silva - Escrevente Autorizada

Art. 34 - Compete ao Comandante, além das demais atribuições previstas no presente Estatuto, dirigir o Comando Operacional da sociedade e representa-la em ocasiões de caráter cívico-social, conjuntamente com o Presidente do Conselho Administrativo.

Art. 35 - O Comandante será eleito conjuntamente com o Conselho Administrativo.

Parágrafo único - para exercer o cargo de Comandante, o sócio bombeiro deverá possuir, 5 (cinco) anos de serviços contínuos à corporação, cursos equivalentes na área, e ser o mais qualificado dentro da corporação.

Art. 36 - Compete ao Sub-Comandante executar os serviços que lhe forem atribuídos pelo Comandante, e substituí-lo em seus impedimentos ocasionais.

Art. 37 - Compete ao Assessor Executivo, efetuar os serviços burocráticos da sociedade, de acordo com as orientações do Comando Operacional.

Art. 38 - O Conselho Fiscal será constituído por 2 (dois) membros e seus respectivos suplentes, eleitos pela Assembléia Geral.

Parágrafo 1º - O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato do Conselho Administrativo;

Parágrafo 2º - Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo suplente, até o seu término.

Art. 39 - Compete ao Conselho Fiscal:

- I - examinar os livros de escrituração da instituição;
- II - opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da entidade (conforme Lei Federal nº. 9.790/99, Art. 4º, inciso III);
- III - requisitar ao Primeiro Tesoureiro, a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela instituição;
- IV - acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes;
- V - convocar extraordinariamente a Assembléia Geral.

Parágrafo único - o Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 1 (um) mês e, extraordinariamente, sempre que necessário.

CAPÍTULO IV - DO PATRIMÔNIO

Art. 40 - O patrimônio dos Bombeiros de São Sebastião do Cai, será constituído de bens móveis, imóveis, veículos, semoventes, ações e títulos da dívida pública.

Art. 41 - Os recursos dos Bombeiros de São Sebastião do Cai serão provenientes de:

- I - campanhas junto à comunidade;
- II - receitas de festividades sociais que realizar;
- III - subvenções dos poderes públicos;
- IV - doações;
- V - convênios.
- VI - outras fontes de recursos a serem buscadas.

Art. 42 - No caso de dissolução da instituição, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei Federal nº. 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 43 - Na hipótese da instituição obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei Federal 9.790/99, o acervo patrimonial disponível adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social (conforme a Lei federal 9.790/99, Art. 4º, inciso V).

CAPÍTULO V - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 44 - A prestação de contas da instituição observará as seguintes normas: (conforme Lei federal 9.790/99, Art. 4º, inciso VII).

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

AUTENTICAÇÃO
autentico a presente copia por ser reprodução
fidel do original existente neste oficio.
20 JUL 2012
Dou fe.
S. S. do Ofício
Debora Schwingel da Silva
Debora Schwingel da Silva - Escrevente Autorizada

- I - os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II - a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III - a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV - a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

CAPÍTULO VI - DAS DIPOSIÇÕES GERAIS

Art. 45 - Os Bombeiros de São Sebastião do Caí, será dissolvido por decisão de Assembléia Geral extraordinária, especialmente convocada para esse fim, quando se tornar impossível a continuação de suas atividades.

Art. 46 - O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão da maioria absoluta dos sócios, em Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em cartório.

Art. 47 - O ano social da entidade termina no mês de dezembro de cada ano.

Art. 48 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Administrativo e referendados pela Assembléia Geral.

Art. 49 - O presente estatuto entrará em vigor na data de sua averbação à margem do registro da associação lançado sob o nº _____, a folha _____, do livro _____, de Registro Civil das Pessoas Jurídicas desta cidade, em _____ de _____ de 2011

São Sebastião do Caí, de _____ de 2010.

GLAESER

Oli Jar del da Silva
Oli Jar del da Silva
Presidente

[Assinatura]
ONEIDE SMIT
ADVOGADO
OAB-RS 37101

TABELIONATO GLAESER - SERVIÇOS NOTARIAIS
Rua 1ª de Maio, 525 - Centro - São Sebastião do Caí - RS - Fone/Fax: (51) 3625.1691 - E-mail: glaeser@terra.com.br
ANDRÉA GLAESER SCHNECK - TABELIA DESIGNADA

Reconheço AUTÊNTICA a firma de OLÍJARDEL DA SILVA Dou fe
São Sebastião do Caí, quinta-feira, 4 de agosto de 2011
EM TESTEMUNHO DA VERDADE
Cristina Schneck - Tabelia Substituta
Emol. R\$ 4,10 + Selo digital: R\$ 0,20 0299 01 1000004 23404

Nº 2590 PROTOCOLO A13

FLS. 27v

S. Sebastião do Caí, 08 de 08 de 20 11

[Assinatura]
Registradora Design./ou

Viviane Nunes Faller - Oficiala Substituta

Rub. 228 FLS. 176v/172v L A/5

S. Sebastião do Caí, 17 de 08 de 20 11

[Assinatura]
Registradora Design./ou

Viviane Nunes Faller - Oficiala Substituta

0295.03.1100009 00131

OFÍCIO DE REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

OFÍCIO DOS REGISTROS PÚBLICOS
COMARCA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ - RS

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente copia por ser reprodução
fiel do original existente neste ofício.
Dou fe.
S. S. do Caí - RS
20 JUL. 2012

Debora Schwingel da Silva - Escrevente Autorizada

ESPAÇO EM BRANCO